JORNAL DO
Clube de Engenharia

Eleições
Conselho Diretor e DTEs
Página 3
www.clubedeengenharia.org.br

ANO XLIX • N° 532 • Rio de Janeiro • Julho de 2013

Vitória inquestionável das manifestações populares

Foto: Tomaz Silva/ABr

Cinelândia, centro político do Rio, tomada por milhares de manifestantes no dia 17 de junho.

A voz das ruas ecoou Brasil afora quando as redes sociais mobilizaram os estudantes e convocaram a população, nas capitais, em pequenas cidades, em praticamente todos os estados, a participarem das manifestações públicas. O país não era o mesmo. Primeiro, em protesto contra os reajustes das passagens dos transportes públicos, depois pela afirmação de direitos. O direito de reivindicar, de ser ouvido e respeitado, de acreditar que os corruptos serão punidos, que educação, saúde e transporte são direitos de todos. O Clube de Engenharia, que há 132 anos luta por uma sociedade igualitária e justa, saúda a democracia e a vitória da manifestação popular, que fez com que a maioria dos reajustes dos transportes públicos fosse suspensa pelas autoridades estaduais e municipais. Com a força da mobilização cidadã, o Clube soma forças com suas bandeiras históricas: uma política de mobilidade urbana que priorize o transporte metro-ferroviário e aquaviário; prioridade para saúde e educação; fim dos leilões de petróleo; reforma política urgente e profunda; democratização das comunicações, com um Projeto de Lei de Iniciativa Popular; a Universalização da Banda Larga em Regime Público e a defesa intransigente da Engenharia Brasileira.

Páginas 2 Editorial

Mineração em pauta

Em solenidade no Palácio do Planalto foi lançado o Marco Regulatório do setor mineral brasileiro. O evento realizado dia 18 de junho, reuniu representantes de empresas de mineração, parlamentares, governadores, prefeitos e entidades do setor. Encaminhada ao Congresso Nacional, a proposta seguiu na forma de projeto de lei com urgência constitucional visando a criação de um Conselho Nacional de Política Mineral, a transformação do Departamento Nacional e Produção Mineral (DNPM) em agência reguladora e a redistribuição dos *royalties* do setor. O governo espera que a nova regulamentação se traduza em mais competitividade para os negócios e maior retorno para a sociedade.

Página 4

Rocinha não quer teleférico

Sem saneamento básico, com graves problemas de saúde, entre tantos outros desafios a vencer, a Rocinha também foi às ruas reivindicar melhorias. Em discussão na comunidade está o projeto de teleférico semelhante ao implantado no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Moradores são contrários à construção do transporte suspenso sobre cabos, que acusam de ter fins turísticos e não atender às reais necessidades da população local. O que poderia ser motivo de comemoração gerou manifestações dia 14 de junho, durante visita da presidenta Dilma Rousseff à Rocinha.

Páginas 6 e 7

Foto: Fernando Frazão/ABr

Centenas de manifestantes da favela da Rocinha se uniram a manifestantes do Morro do Vidigal na caminhada cidadã que marcou o mês de junho em todo o país.

EDITORIAL / CAPA

Posicionamento do Clube de Engenharia acerca das manifestações públicas de junho de 2013 no Brasil

O Clube de Engenharia, ao longo dos seus 132 anos de existência, tem se posicionado politicamente nos momentos críticos da vida nacional. Foi assim no apoio à Abolição da Escravatura, com a participação ativa dos engenheiros André Rebouças e Paulo de Frontin, em 1888; como Sede da Liga Brasileira pelos Aliados durante o período de 1914 a 1918 (1ª Grande Guerra Mundial); na Resolução do seu Conselho Diretor, em 1942, contra o nazi-fascismo durante a 2ª Grande Guerra Mundial; na adesão à campanha "O petróleo é nosso", em 1948; na adesão à campanha "Diretas Já", em 1984; na idealização e lançamento do Movimento pela Ética na Política, em 1991, com a decisiva participação de Betinho, então presidente do IBASE; no apoio ao *Impeachment* do presidente Collor, em 1992; no apoio às manifestações contra a privatização das empresas estatais Petrobras, Vale do Rio Doce, Furnas e Telebras no período de 1994 a 1998; na realização do evento "10 anos sem Chico Mendes: Nossa Luta Continua", em 1998; na realização de ato público contra a oitava rodada de licitações de petróleo da ANP, em 2005; na campanha e audiência pública a favor de Angra 3, em 2007; no Ato de apoio ao Pré-Sal, com a presença do presidente da Petrobras; no Ato contra os leilões do petróleo brasileiro, na passeata em apoio ao Pré-Sal e no Ato em defesa da Engenharia Brasileira e da empresa genuinamente nacional, todos em 2010; nos Atos contra o 11º leilão do petróleo, realizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília em 2013.

Neste momento atual, cabe o posicionamento do Clube em relação às manifestações de rua por todo o país.

Assistimos a uma inédita situação: através da rede social (internet), a população foi convocada a participar de manifestações de rua em protesto contra os reajustes das passagens dos transportes públicos em todas as cidades do país. A resposta a essa convocação foi imediata e maciça. Tal insatisfação se estendeu a outros problemas que afligem os brasileiros, como as questões da saúde pública (péssimo atendimento na maioria dos hospitais públicos federais, estaduais e municipais); da educação pública (péssima qualidade da maioria das escolas públicas federais, estaduais e municipais) e do péssimo sistema de transporte público (trens, ônibus e metrôs federais, estaduais e municipais) para atendimento à população. O resultado inicial dessas mobilizações de rua foi o recuo da maioria dos governantes estaduais em relação aos reajustes das passagens dos transportes públicos e o convite das autoridades federal, estaduais e municipais para interlocução com os principais líderes das mobilizações de rua.

Em relação a esses fatos, temos as seguintes considerações a fazer:

1 – Apoiamos a necessidade de reforma política urgente e profunda para fazer com que a representação atual das nossas autoridades possa estar à altura do país no qual vivemos, para que consigamos fazer do Brasil uma nação soberana, sem corrupção e fisiologismo;

2 – Apoiamos as críticas dos manifestantes de que as questões públicas de saúde e educação devam ser tratadas com prioridade e complementamos que também deve merecer prioridade a questão pública do saneamento. Enfatizamos, em relação à saúde pública, a questão da saúde materno-infantil;

3 – Saudamos com satisfação a vitória da manifestação popular, que fez com que a maioria dos reajustes dos transportes públicos fosse suspensa pelas autoridades estaduais e municipais. Propomos uma política de mobilidade urbana que priorize o transporte metro-ferroviário e o aquaviário;

4 – Apoiamos o encerramento dos leilões de petróleo que entregam o patrimônio do povo brasileiro a empresas internacionais sem qualquer benefício para o seu verdadeiro dono: o povo brasileiro;

5 – Apoiamos as iniciativas de democratização das comunicações com a finalidade de romper com o atual oligopólio das comunicações e que se pontuam por:

- Projeto de Lei de Iniciativa Popular, em fase de coleta de assinatura popular, a exemplo do processo que resultou na Lei da Ficha Limpa;
- Universalização da Banda Larga em regime público, para podermos exigir das empresas de telecomunicações qualidade, justas tarifas e difusão da Banda Larga para atendimento à maioria da população.

6 – Defendemos a Engenharia Brasileira e as empresas genuinamente nacionais;

7 – Apoiamos a necessidade de planejamento de longo prazo em todos os setores da vida nacional;

8 – Apoiamos o trabalho, já iniciado, de aglutinação de todas as entidades representativas da sociedade civil organizada como a OAB, a ABI e o Clube de Engenharia para mediação entre as autoridades constituídas e os representantes das manifestações pacíficas de rua com a finalidade de propor soluções que atendam aos interesses nacionais;

9 – Apoiamos a representação do Clube de Engenharia nas Reuniões Plenárias dos movimentos sociais que estão sendo realizadas;

10 – Defendemos o Estado Democrático de Direito como conquista do povo brasileiro.

A Diretoria

Clube de Engenharia
Fundado em 24 de dezembro de 1880

PRESIDENTE
Francis Bogossian
1º VICE-PRESIDENTE
Alexandre Henriques Leal Filho
2º VICE-PRESIDENTE
Fernando Leite Siqueira
DIRETORES DE ATIVIDADES INSTITUCIONAIS
Alexandre Henriques Leal Filho
José Stelberto Porto Soares
Fernando Leite Siqueira
Abílio Borges
DIRETORES DE ATIVIDADES TÉCNICAS
Márcio Patusco Lana Lobo
Edson Kuramoto
Abílio Borges
DIRETORES DE ATIVIDADES SOCIAIS
Jaques Sherique
Abílio Borges
DIRETORES DE ATIVIDADES CULTURAIS E CÍVICAS
Ana Lúcia Moraes e Souza Miranda
Carmen Lúcia Petraglia
DIRETORES DE ATIVIDADES FINANCEIRAS
Luiz Carneiro de Oliveira
José Schipper
DIRETORES DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Carmen Lúcia Petraglia
Ana Lúcia Moraes e Souza Miranda
DIRETORES DE ATIVIDADES PATRIMONIAIS
José Schipper
Luiz Carneiro de Oliveira
Jaques Sherique
DIRETORES DE ATIVIDADES DA SEDE CAMPESTRE
Arciley Alves Pinheiro
Luiz Carneiro de Oliveira
José Stelberto Porto Soares
CONSELHO FISCAL
Efetivos
Antonio Elisimar Belchior Aguiar
Arnaldo Dias Cardoso Pires
Jorge Nisenbaum
Suplentes
Ayrton Alvarenga Xerex
Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves
Oscar Boechat Filho
CONSELHO EDITORIAL
Efetivos
Edson Monteiro
Sérgio Augusto de Moraes
Paulo de Oliveira Lima Filho
José Carlos de Lacerda Freire
Sebastião José Martins Soares
William Paulo Maciel
Suplentes
Carlos Antonio Rodrigues Ferreira
Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves
João Fernando Guimarães Tourinho
Newton Tadachi Takashina
SEDE SOCIAL
Edifício Edison Passos
Av. Rio Branco, 124 CEP 20148-900 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2178-9200 / Fax: (21) 2178-9237
atendimento@clubedeengenharia.org.br
www.clubedeengenharia.org.br
SEDE CAMPESTRE
Estrada da Ilha, 241 – Ilha de Guaratiba
Telefax: 2410-7099
REDAÇÃO
Editora e jornalista responsável:
Tania Coelho – Reg. Prof. 16.903
Textos: Rodrigo Mariano – Reg. Prof. 32.394/RJ
Fotos: Cecilia Lorenzo / Fernando Alvim / Arquivo Clube de Engenharia
Colaboração: Mariana Gomes e Márcia Ony
Editoração: Andréia Bessa/ Espalhafato Comunicação
Impressão: Folha Dirigida

Patrocínio:
PETROBRAS
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ELEIÇÕES 2013

Candidatos às eleições para renovação do terço do Conselho Diretor - triênio 2013/2016

O Clube de Engenharia realiza, do dia 28 ao dia 30 de agosto, de 12h às 20h, eleições para a renovação do terço de seu Conselho Diretor – triênio 2013/2016 – e, também, para as Comissões Executivas de suas 19 Divisões Técnicas Especializadas (DTEs), período 2013/2015. O registro das chapas das DTEs tem início dia 15 de julho, às 12h e término dia 1° de agosto, às 20h. A abertura da Assembleia Geral Ordinária, que dá início ao processo eleitoral, tanto do terço do Conselho Diretor quanto das DTEs, será às 11h do dia 28 de agosto, quarta-feira, e a apuração dos resultados a partir das 20:30h, do dia 30, sexta-feira.
A posse dos eleitos para o Conselho Diretor será realizada em Assembleia Geral Solene, dia 9 de setembro, segunda-feira, às 18h.

Publicamos, a seguir, a relação dos integrantes das chapas concorrentes ao terço do Conselho Diretor.

CHAPA CLUBE DE ENGENHARIA UNIDO

ANTONIO EULALIO PEDROSA ARAUJO
AUREO SALLES DE BARROS
CARLOS ANTONIO RODRIGUES FERREIRA
CLOVIS AUGUSTO NERY
EDSON MONTEIRO
EVALDO VALLADÃO PEREIRA
JAIME ROTSTEIN
LUIZ ANTONIO COSENZA
LUIZ FELIPE PUPE DE MIRANDA
MARIA HELENA DINIZ DO REGO MONTEIRO GONCALVES
MARIANO DE OLIVEIRA MOREIRA
MARILENE DE OLIVEIRA RAMOS MURIAS DOS SANTOS
MILTON JACOB MANDELBLATT
NEWTON TADACHI TAKASHINA
PAULO DE OLVIVEIRA LIMA FILHO
PAULO ROBERTO VILELA DIAS
RICARDO LATGE MILWARD DE AZEVEDO
ROBERTO SATURNINO BRAGA
ROCKFELLER MACIEL PEÇANHA
SERGIO ANTONIO TORRES VIEIRA

SUPLENTES

ABILIO TOZINI
ALEXANDRE VACCHIANO DE ALMEIDA
FRANCISCO OTAVIO FIGUEIREDO SALGUEIRO
JOSE BRANT DE CAMPOS
UIARA MARTINS DE CARVALHO

CHAPA CLUBE DE ENGENHARIA

ALCIDES LYRA LOPES
ALEXANDRE MENDES DE AVELLAR
BRUNO CONTARINI
CARLOS SEZINIO DE SANTA ROSA
CERES REGINA DE SANTA ROSA
CESAR DRUCKER
CESAR DUARTE PEREIRA
DENISE BAPTISTA ALVES
FERNANDO JORGE ANNIBOLETE
HEITOR COUTINHO
HELENA SCHMUKLER
HENRI UZIEL
JAMES BOLIVAR LUNA DE AZEVEDO
MARCIO DE QUEIROZ RIBEIRO
MARCO ANTONIO BARBOSA
MARIA GLICIA DA NOBREGA COUTINHO
MIGUEL ALVARENGA FERNANDEZ Y FERNANDEZ
REGINA CONCEIÇÃO CORREA DA SILVA MONIZ RIBEIRO
SERGIO NISKIER
WILLIAM PAULO MACIEL

MINERAÇÃO

Novo Marco Regulatório em análise no Congresso

Após longas discussões com empresários, especialistas e sociedade civil, incluindo debate no Clube de Engenharia com o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Claudio Scliar, o governo encaminhou ao Congresso projetos para o setor mineral.

Após longos debates com os mais diversos atores envolvidos, os portos do país têm novo Marco Regulatório. Outro setor nacional, tão estratégico quanto o portuário e com riqueza potencial comparável ao do petróleo, o de mineração, é foco do governo e dá os primeiros passos para a renovação da sua legislação reguladora. Os objetivos são, entre outros, a modernização do setor e a criação de um cenário mais favorável à competição entre as empresas.

Os projetos trazem novas regras para a exploração de jazidas no país. Historicamente burocrático e de tarifas defasadas, o setor aguardava ansioso pelas propostas do governo: o novo Marco Regulatório, a criação da Agência Nacional de Mineração – e consequente extinção do DNPM – e a alteração dos mecanismos de recolhimento de *royalties*.

"Quem gera o conhecimento geológico e geofísico no Brasil é a CPRM. Com equipe de alto nível temos um banco de dados robusto que vai permitir o trabalho dessas informações para selecionar as áreas que podem ser licitadas. Realizamos desde 2004 o maior levantamento geofísico do mundo". (Manoel Barretto, diretor--presidente da CPRM)

A legislação vigente, o Código Mineral de 1967, é reconhecidamente aberta e sem políticas ou definições claras. Segundo Benedicto Rodrigues, chefe da Comissão Executiva da Divisão Técnica de Recursos Minerais (DRM), a defasagem existe, ainda que de forma parcial. "Foram feitas diversas mudanças ao longo dos anos, principalmente depois da Constituição de 1988, embora as bases tenham sido mantidas intocadas. Apesar de tudo, ainda há quem seja contrário a um novo código, certamente satisfeitos com o que está em vigor. Um novo código deve atender aos interesses nacionais como um todo e não somente a um pequeno grupo", destaca.

Em abril de 2012, em evento no Clube de Engenharia, o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Claudio Scliar, destacou que era preciso "romper as amarras legais". "É urgente atualizar a legislação para dar oportunidade àqueles que querem, de fato, investir e pesquisar para que o país usufrua das suas riquezas."

Na mesma ocasião, Paulo Sergio Moreira Soares, do CETEM, ressaltou que o Brasil precisava olhar para a extração mineral com mais respeito e cuidado: "O Brasil tem sido muito caridoso com as empresas estrangeiras, que usam livremente o nosso subsolo. É preciso conservar essa riqueza em mãos brasileiras, em empresas com sede no país e capital nacional. É estúpido exportar em quantidade e desperdiçar a oportunidade de beneficiar e vender por preços melhores um bem que é exaurível e pertence ao povo", declarou.

Royalties e competitividade

Entre os destaques do novo marco estão a questão fiscal e a competitividade das empresas. Desde 1967, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cefem), conhecida como os *royalties* da mineração, chegava a no máximo 2%, que eram descontados sobre a base líquida, após descontos mal definidos graças a brechas na lei, uma das menores tributações na área mineral no mundo. Agora, o Cefem poderá chegar a 4% sobre a receita bruta das mineradoras, reduzindo apenas os impostos. Cada mineral terá sua alíquota definida via decreto presidencial após a aprovação da lei no Congresso. Estima-se que a arrecadação vá de R$ 1,8 bilhão para R$ 4,2 bilhões por ano em recursos que serão repartidos entre União, estados e municípios.

A competitividade foi alimentada pelo novo projeto na medida em que as empresas que fizerem o primeiro pedido de exploração de determinada jazida não terão mais prioridade para a exploração da mesma. As áreas serão licitadas como ocorre com o petróleo e gás.

Prazos para a exploração também serão estipulado. Na legislação vigente a outorga dura até a jazida se esgotar. Se o novo Marco passar sem modificações no Congresso, as empresas terão 40 anos para pesquisa e exploração de lavras, podendo ser renovado por mais 20 anos.

"A importância dos prazos estabelecidos onde antes não havia limites é que uma jazida importante precisa ser explorada de modo técnico e não de maneira predatória. Somente um projeto adequado de exploração seria beneficiado pelas licitações", aponta Benedicto.

"Quem gera o conhecimento geológico e geofísico no Brasil é a CPRM, temos um banco de dados muito robusto que vai permitir o trabalho dessas informações para selecionar as áreas possíveis para serem licitadas", informou o diretor-presidente da CPRM, Manoel Barretto. "Com uma equipe de alto nível, a CPRM 2004 realiza o maior levantamento geofísico do mundo."

Para impedir que empresas ganhem a licitação apenas para garantir o direito de exploração da área, o projeto propõe a implementação de uma taxa de ocupação e a exigência de investimento mínimo. O projeto agora segue para o apreciação, possível modificação e posterior aprovação no Congresso. O chefe da DRM pensa, no entanto, que para além da nova legislação, será importante a criação de um mecanismo de fiscalização robusto: "Não tenho certeza se a competitividade será de fato alimentada, uma vez que o capital tem nuances que lhe permitem, sempre que preciso, buscar meios de driblar certas imposições legais".

Foto: Vale

Jazida de Minério de Ferro da Vale em Carajás. Novo Marco Regulatório irá fechar brechas da legislação vigente.

ENERGIA

Alerta sobre o setor elétrico nacional

Clube volta a alertar à presidência sobre os equívocos que se perpetuam, marcam o setor elétrico nacional e culminam com a degradação financeira da Eletrobras

O controle efetivo da população sobre o setor elétrico nacional por meio de sua democratização, a busca por maior transparência na composição das tarifas e a luta intransigente pela escolha dos melhores caminhos para um serviço público de energia elétrica são bandeiras históricas do Clube de Engenharia. A privatização do setor, o sucateamento e a discrepância do país em relação aos demais na área energética são temas de debate no Conselho Diretor desde a década de 1980.

Em carta aberta enviada à presidente Dilma Rousseff, dia 19 de junho, o Clube marca posição mais uma vez pelo serviço público de qualidade e pela empresa cidadã. O documento também alerta para o perigo representado pelos planos de demissão voluntária de especialistas e gestores técnicos que criam um "hiato contraprodutivo entre os jovens profissionais e aqueles mais experientes veteranos". A reflexão proposta pelo documento inclui o não aproveitamento pleno do potencial hidrelétrico do país, representado pelo abandono das usinas dos reservatórios de acumulação plurianual, e a degradação financeira apontada pelos últimos relatórios da Eletrobras.

Publicamos a seguir a carta na íntegra.

CARTA ABERTA À PRESIDENTE DILMA SOBRE O SETOR ELÉTRICO

Senhora Presidente,

As preocupações do Clube de Engenharia com o setor elétrico brasileiro datam do final da oitava década do século passado. Em 14 de maio de 1989 o Conselho Diretor do Clube aprovou o envio de carta ao Ministro de Minas e Energia e ao Presidente da Eletrobras. O pioneirismo daquela manifestação fica claro pelo seguinte trecho do documento: *"... O importante é que a democratização preconizada para a empresa pública do setor elétrico não se limite a questões de composição acionária e sim, que haja controle decisório por parte da sociedade*".

Sugestões similares foram repetidas em carta para os mesmos destinatários em 11 de agosto de 1992. Matéria publicada no jornal do Clube em outubro de 1993, reiterava: *"... A democratização acima preconizava como via alternativa à dicotomia estatismo ortodoxo versus neoliberalismo para o milênio".*

Em 1989 essas preocupações com o setor elétrico, em tempos de alta inflação, já privilegiavam os instrumentos e mecanismos autônomos de controle e gestão pela sociedade. Eram tempos de limitações orçamentárias e tarifárias que afligiam a Eletrobras e suas controladas desde o início daquela oitava década. Os primeiros sintomas dos caminhos privatizantes apareceram em 1987 no decorrer do que se denominou REVISE – Revisão Institucional do Setor Elétrico, amplo trabalho patrocinado pela Eletrobras. Apesar do objetivo principal, naquele momento, ter sido muito mais na direção da "estadualização" das empresas regionais federais, do que os primeiros passos para a privatização do setor.

Na primeira década do século XXI o Clube voltou a publicar sugestões, coerentes com seus posicionamentos lembrados acima, em relação à ampliação da constituição e das atribuições do Conselho Nacional de Planejamento Energético. Enfim, sempre a preconização de mudanças institucionais que, então, já eram conhecidas pela denominação criada por Betinho: a busca da Empresa PÚBLICA E CIDADÃ.

Em 30 de abril de 2002 foi lançado no Clube de Engenharia, com a presença de Lula, o Programa para o setor de energia elaborado por diversos especialistas sob a coordenação do Instituto da Cidadania. V. Excia. tomou parte nesse trabalho que propunha uma mudança do modelo privatizante e mercantil do governo anterior, que tantas sequelas negativas, inclusive um quantitativamente inédito racionamento, trouxeram para o setor elétrico. Enfim, o programa, cujo lançamento o Clube teve a honra de abrigar, tinha dois pontos muito nítidos:

- o abandono do modelo mercantil imitado de países cujas características da geração de energia elétrica e tamanho dos seus sistemas de transmissão são completamente diferentes daqueles do Brasil;

- a compatibilização, sem confrontos teóricos e práticos, do Planejamento da expansão, atribuição de uma empresa a ser criada (a EPE), com a operação a cargo do Operador Nacional do Sistema (O N S), já existente.

O que assistimos em 2004 foi um modelo totalmente diverso daquele lançado durante a campanha eleitoral de 2002. Foi mantido o modelo mercantil com aspectos ainda mais complicados. Diríamos desnecessariamente complicados se recordarmos a experiência histórica do setor desde os anos cinquenta do século XX.

Agora, em 2013, no contexto de uma esperada simples prorrogação de concessões de usinas, sistemas de transmissão e distribuição, uma nova etapa com características que, diríamos, exacerbam complicações e inconsistências, apontando para a degradação financeira da Eletrobras e suas controladas, fato esse já confirmado pelos relatórios financeiros já publicados em abril de 2013, sejam quais forem os subsídios ou manobras com recursos extra ou intrassetorial.

O Conselho Diretor do Clube de Engenharia aprovou a publicação dessa carta aberta tendo em mente a permanente preocupação e atenção da entidade, há 24 anos, não só em relação ao conceito de SERVIÇO PÚBLICO de Energia Elétrica, mas também à busca, num cenário de substituição de hierarquia de poderes por hierarquia de autonomias, de empresas PÚBLICAS E CIDADÃS permanentemente conscientes da vocação hidrelétrica do país, sem o **abandono pernicioso de usinas com reservatórios de acumulação plurianual ainda disponíveis para construção por muitos anos do século XXI**. Conscientes também da necessidade de mitigações sociais e ambientais absolutamente necessárias em cada um desses empreendimentos, mas também de quaisquer outros, sejam quais forem seus insumos energéticos convencionais ou alternativos.

A partir dos anos sessenta do século passado foi intensa a preocupação com a excelência dos profissionais de engenharia das empresas, com recrutamento dos melhores quadros nas universidades e planos permanentes de educação e treinamento. Em 1991 iniciou-se o enorme equívoco dos planos de demissão voluntária de especialistas e gestores técnicos que perduram até o presente, criando um hiato contraprodutivo entre os jovens profissionais e aqueles mais experientes veteranos, ainda longe da aposentadoria. V. Excia., estamos certos, refletirá sobre mais essa grave sequela do modelo mercantil.

Assim, estamos certos que V. Excia. refletirá sobre o cenário exposto, buscando as mudanças necessárias para o setor elétrico.

CLUBE DE ENGENHARIA

Rocinha entre o saneam

Projeto de teleférico levanta polêmica. Moradores são contrários à construção com fins turísticos, que não atende às reais necessidades da população local

O teleférico do Complexo do Alemão é hoje um dos símbolos mais marcantes da ocupação das forças das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em comunidades populares do Rio de Janeiro. Outra área da cidade do Rio de Janeiro está prestes a ganhar o seu transporte suspenso sobre cabos: a Rocinha. Parte das obras da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), o teleférico é um dos equipamentos que os governos do estado e federal pretendem implantar na área com um orçamento de 1,6 bilhão. De acordo com o projeto serão seis estações em duas linhas interligadas aos futuros pontos do metrô Gávea e São Conrado.

Necessidades mais urgentes da comunidade e ameaças de remoção são alguns dos motivos que levam a população local a questionar a construção do teleférico.

O que a primeira vista parece motivo de comemoração para os moradores da Rocinha vem se mostrando um impasse e foi motivo de manifestações no dia 14 de junho, durante visita da presidente Dilma Rousseff à Rocinha. Os moradores da comunidade alegam que com os problemas vivenciados pela comunidade, construir teleférico é um absurdo. A insatisfação da comunidade tem raízes em decisões governamentais que apresentaram os projetos prontos, pensados sem a participação popular. Por isso, em audiência pública, em 2011, rejeitaram a construção do teleférico, que também não estava previsto no Plano Diretor da Rocinha, documento de 2007, criado com a participação direta dos moradores.

Opção nacional

José Ricardo Duarte Ferreira mora na Rocinha, é membro da Comissão de Moradores do Laboriaux e confirma que as obras do PAC 2 não foram discutidas e nem pensadas junto com os moradores: "O projeto veio pronto e foi apresentado em ambiente fechado, para 60 convidados. A maioria com ligações diretas com o governo. Não foi possível discutir ali, por exemplo, que o programa não contempla vários pontos da comunidade, como é o caso do Laboriaux". O Fórum de Mobilidade Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, um dos mais representativos movimentos de discussão do transporte na cidade, fundado pelo Clube de Engenharia e Federação de Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAM-Rio), está acompanhando de perto o caso. A perspectiva é ouvir todos os envolvidos e buscar caminhos para o entendimento.

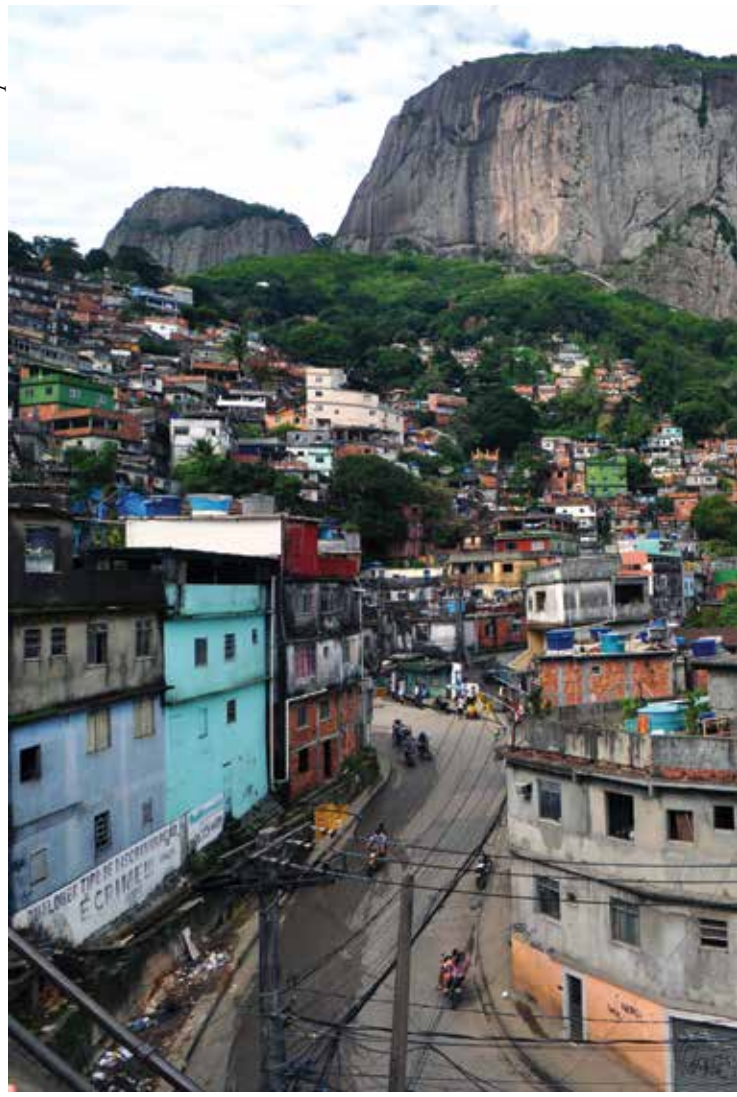
Contribuindo para a discussão, a Divisão Técnica Especializada de Transporte e Logística do Clube (DTRL) vem estudando proposta que substitui o teleférico por planos inclinados. Entre os argumentos que defendem para justificar a mudança do projeto estão alguns bem contundentes: o preço é menor, material, construção e instalação são nacionais (o teleférico é francês) e atenderia diretamente à população.

Segundo Alcebíades Fonseca, chefe da DTRL, "a divisão técnica iniciou a discussão sobre o tema para a produção de uma proposta ao Conselho Diretor do Clube. Sabemos através de declarações do secretário de Transportes do estado, Júlio Lopes, que a tarifa cobrada no teleférico do Alemão não cobre 20% dos custos de operação. Foi esse o motivo da proposta de reajuste de tarifa de R$ 1,00 para R$ 5,00".

Para inglês ver

Necessidades mais urgentes da comunidade, como obras de saneamento básico, são motivos que levaram a população local a questionar a construção do teleférico. Além disso, alegam que a construção é invasiva e exigiria a remoção de 4 mil moradores, cerca de 1.700 habitações. O comércio local também sairia prejudicado, uma vez que tiraria as pessoas das ruas e as transferiria para o percurso aéreo. O alto custo de manutenção também é lembrado pela população que ainda convive com esgoto a céu aberto. Os temores dos moradores encontram eco em uma obra parecida feita no Complexo do Alemão, onde 7 das 12 mil pessoas que usam o teleférico nos fins de semana são turistas. Não estão nessa conta os visitantes que usam o Riocard, Bilhete Único ou Cartão Expresso para pagar a passagem. Os números colocam o teleférico na lista dos pontos mais visitados por turistas no Rio. O Pão de Açúcar, por exemplo, recebe cerca de 6 mil pessoas no mesmo período. O Cristo redentor atrai cerca de 4.500 pessoas por dia.

Foto: Wikipédia



Bairro popular emblemático do Rio de Janeiro, a Rocinha é forte candidata a entrar para o circuito turístico oficial da cidade.

José Ricardo é categórico ao afirmar que, tendo em vista as muitas necessidades da Rocinha, o teleférico é supérfluo, além de não poder ser caracterizado como um empreendimento de mobilidade: "O viés da obra é turístico. O morador que passar mal vai usar o teleférico em caso de emergência? Vai ser possível carregar nossos móveis pra casa? Precisamos muito mais de ruas para arejar a comunidade, que tem muitos casos de tuberculose por causa dos becos espremidos". José destaca, ainda, que o trabalho de conscientização da comunidade é difícil e o descaso do poder público dificulta mais. "Oferecem uma passarela assinada pelo Oscar Niemeyer, mas nos deixaram sem uma creche. Dizem que as obras estão em andamento, mas não se vê um funcionário trabalhando. O que realmente importa para a comunidade eles deixam para depois. Para nós está claro que não virá nunca", desabafa.

ENTREVISTA

ento básico e o turismo

Stelberto Soares, diretor do Clube de Engenharia e ex-superintendente dos projetos de saneamento da CEDAE na favela da Rocinha

"É preciso pensar primeiro no que é prioridade para os moradores"

Jornal do CE: *Os moradores da Rocinha comemoraram os recursos da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), mas não concordam com a construção de um dos equipamentos propostos: o teleférico. Isso procede?*
Stelberto Soares: Para entender a revolta da população local, é preciso pensar a questão do teleférico no contexto das prioridades daquela comunidade. Não sou contra a construção do teleférico, mas sob o ponto de vista técnico há muito a fazer antes dele. A Rocinha tem uma incidência altíssima de tuberculose. Os valões, os prédios altos impedindo a luz do sol de entrar nas vielas e a umidade criam um cenário totalmente favorável à doença. As pessoas se tratam e voltam para as suas casas para adoecer novamente.

Jornal do CE: *Quais seriam as prioridades da Rocinha hoje?*
Stelberto Soares: Entendo que a obra precisa começar pelo esgotamento sanitário e drenagem. É necessário liberar os valões que passam por baixo de milhares de casas e também separar o esgoto da água de chuva, fazer o separador absoluto de toda a Rocinha. As condições para resolver isso existem. O emissário terrestre está construído para receber todo o esgoto que possa ser produzido na Rocinha desde 1994. Como as redes não foram feitas, está lá, subutilizado.

Jornal do CE: *O teleférico invalida as obras de saneamento?*
Stelberto Soares: Não, mas o passado nos condena. Há um desgaste muito grande em relação a essas grandes obras. Ninguém mais acredita nelas. Seria ótimo se fosse possível implementar tudo, teleférico, esgoto, urbanização, mas sabemos que no meio das obras o dinheiro acaba e as coisas ficam pela metade. O esgotamento sanitário e a drenagem exigem atenção prioritária e ninguém acredita mais que é possível fazer tudo de uma vez. A Rocinha é um caso emblemático porque é a favela visível para a Zona Sul e Zona Oeste. Fazer um teleférico ali é uma vitrine. Enquanto isso a população sofre com demandas e reivindicações que apareceram, inclusive, nas recentes manifestações.

Jornal do CE: *O teleférico do Complexo do Alemão é um exemplo disso?*
Stelberto Soares: O teleférico do Alemão é uma obra claramente turística. A maioria da população do Alemão não usa e nunca vai usar. Ele só passa no cume dos morros do Complexo do Alemão e ninguém vai se dispor a subir o morro para pegar o teleférico. E o custo de operação e manutenção é altíssimo, não se sustenta, mas está lá na vitrine, enquanto a subadutora que estava nos planos de obras não foi construída. O resultado é que reservatórios de 15 milhões de litros estão vazios porque o dinheiro se esvaiu no teleférico. O caso da Rocinha é "menos pior", uma vez que o teleférico deverá fazer várias paradas no caminho da base ao topo. Ainda assim, não é prioritário. Os moradores já se deslocam na comunidade de várias formas, usando as vielas e ruas que acompanham as curvas de nível.

Jornal do CE: *Você trabalhou naquela área, justamente em obras de saneamento. Como foi a experiência?*
Stelberto Soares: Exatamente por ter trabalhado lá estou de acordo com os anseios dos moradores. Coordenei o início dos projetos do Pró-Sanear, do Banco Mundial, em 1993, na Rocinha. Quando cheguei, a licitação já tinha sido realizada. Para ganhar a licitação a vencedora jogou o preço para baixo e a obra ficou estipulada em 5 milhões e 600 mil dólares. A pergunta que fiz ao olhar a planilha foi: "Como vocês pretendem fazer uma adutora, subir a tubulação de água da Gávea até a Rocinha e não ter na planilha os custos da destruição e recomposição das placas de concreto da estrada da Gávea"? Para mim ficou claro ali que quem fez o projeto não conhecia a Rocinha, nunca passou do *Fashion Mall*. Deixei a obra por discordâncias, mas quando voltei como superintendente por um curto espaço de tempo, o investimento já estava em 24 milhões e 900 mil dólares. E a comunidade continuava sem esgoto.

Jornal do CE: *Nessa época houve avanço naquela área? Por que a questão do esgotamento sanitário não ficou resolvida?*
Stelberto Soares: Avançou. A parte de água foi razoavelmente feita: os reservatórios foram construídos e a distribuição foi implantada. A parte de esgoto, quando deixei o projeto, já tinha a parte estruturante: o coletor tronco, que sai da boca do túnel Dois Irmãos, passa em frente à Rocinha, em São Conrado, e vai até a elevatória do Hotel Nacional para receber todo o esgoto está pronto. É uma tubulação de 600 milímetros e tem 1.380 metros de comprimento. Foi feito para receber o esgoto das redes que nunca foram construídas. Não acompanhei mais o projeto da rede de esgoto. Cheguei a recusar nove vezes o projeto que foi apresentado por ser inconsistente. De lá para cá executaram várias obras por lá, mas até hoje não foi feita a rede de esgoto, só a de água com precária manutenção pelos poucos recursos disponibilizados. Não é hora de pensar na vitrine.

SOCIAL

Lotação esgotada no almoço de confraternização

1. A casa cheia, dia 27 de junho, no tradicional almoço dos aniversariantes. **2.** e **3.** Participantes do curso de Escavações de Rocha, de José Lúcio Geraldi. **4.** (Da dir. para a esq.) Arnaldo Pires, Saturnino Braga; Alexandre Henriques, Carmen Lúcia Petraglia, Agostinho Guerreiro, Francis Bogossian e Joelson Zuchen, que comemora a vitória para a presidência da Seaerj. **5**. O sócio Cesar Drucker, autor da coluna *Terceira Idade em Destaque* do jornal *Correio da Fasp-RJ*, que lança em agosto o livro *A Nova Previdência Funcional para os Servidores do Estado do Rio de Janeiro.*

Aniversariantes do mês

Abílio Borges, Alexander Feldmann, Amilcar Figueira Ferrari, Antonio Araújo (ausente da foto), Arnaldo Dias Cardoso Pires, Ary Jayme Ferreira, Carmen Lúcia Petraglia, Cesar Duarte Pereira, Fernando Moreira Tavares, José Bernardo Bichucher, Luiz Salomão Cury, Manoel Gibson Maria Diniz Navas, Nikolaos Eleftherios Nikolaou, Olinio Gomes Paschoal Coelho, Paulo de Oliveira Lima Filho, Paulo Cesar Smith Metri, Paulo Sergio Telles do Couto, Regina de Jesus Ramos Andrade, Rockfeller Maciel Peçanha, Ronaldo de Souza d'Aumerie, Thiago Martins da Silva, Walo Leuzinger

Gente

Teneuza Maria Cavalcanti e sua história de lutas premiadas

Ela é terceira diretora financeira do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ). Também foi a primeira mulher a ser vice-presidente da entidade. Nada mais justo, então, que Teneuza encabeçasse a iniciativa que já foi premiada duas vezes pela presidência da República: a Comissão Pró-equidade de Gênero e Raça do Crea-RJ. "Estamos caminhando para o nosso terceiro selo e continuamos elevando o número de mulheres gerentes", anuncia, orgulhosa dos avanços da comissão que, além dela, é formada de outros 16 funcionários do Crea-RJ.

Até chegar à coordenação da comissão, Teneuza fez o que chama de "uma grande viagem institucional, com muito orgulho" dentro do Crea-RJ. Há oito anos no Conselho, sua história começou quando a entidade que representa foi homologada e passou a compor o plenário da casa. "Em 2005, quando a Associação Duquecaxiense de Arquitetos e Engenheiros foi homologada, que fui eleita conselheira. Fui secretária administrativa, tesoureira e segunda vice-presidente. Percorri todos os caminhos institucionais. Fui dois anos coordenadora da Comissão de Ética e faço parte da Câmara Técnica de Engenharia Civil", explica Teneuza.

A vida acadêmica também foi – e ainda é – intensa. Teneuza é engenheira operacional na modalidade Civil, engenheira de Segurança e hoje cursa Engenharia Ambiental e Saneamento Básico. Fora do Crea-RJ atua no Conselho da Cidade e no Conselho de Meio Ambiente de São Gonçalo.

Teneuza aponta a falta de engajamento como uma das causas dos desafios enfrentados hoje pela categoria. Segundo seu ponto de vista, a maioria dos engenheiros está preocupada apenas com seu trabalho e deixa em segundo plano seus direitos e deveres como profissionais. "Abrem mão da importante obrigação de deixar um legado para as próximas gerações. É pena", finaliza.

Foto: Renata Idalgo

Teneuza Maria, coordenadora da Comissão Pró-equidade de Gênero e Raça do Crea-RJ

INSTITUCIONAL

Onde o Clube recebe amigos e fecha negócios

Espaço de convivência de associados, o 19º andar do Clube de Engenharia atrai executivos, cinéfilos e engenheiros para reuniões de negócios

Difícil encontrar entre os dez andares ocupados pelo Clube de Engenharia no edifício-sede Edson Passos algum que vivencie mais os diferentes momentos, formais e informais, da engenharia nacional que o 19º andar. O aumento das reservas do Escritório Compartilhado, espaço onde os associados podem receber clientes e sócios para reuniões de trabalho, evidencia o impulso tomado pela engenharia, resultado do crescimento do país e dos altos investimentos trazidos pelos megaeventos para o Rio de Janeiro e para todo o Brasil.

O lazer também encontra espaço no 19º andar. No grande salão de convivência, com varanda com vista para a Avenida Rio Branco e, mais além, para a Baía de Guanabara, os associados se encontram para debater temas locais e nacionais, jogar sinuca, xadrez e confraternizar.

Segundo o associado Oswaldo Soares de Almeida Filho, o sócio remido mais antigo do Clube, com data de admissão de 23 de Janeiro de 1956, a sala é "um espaço onde engenheiros de todas as formações se encontram para trocar ideias e fazer negócios. É o único ponto desse edifício em que diariamente engenheiros se encontram para discutir projetos".

Arte e paladar

Gastronomia contemporânea com pratos minuciosamente elaborados, atendimento rápido e preço justo pelo serviço que oferece. Essa é a proposta do Prisma Café & Bistrô, que comemora esse mês um ano de funcionamento no 19º andar do Clube de Engenharia. Voltado para o atendimento de qualidade aos associados e profissionais que trabalham e estudam no edifício, além de todos aqueles que, estando no coração financeiro e cultural da cidade, buscam um refúgio aconchegante de um bistrô, o Prisma funciona de segunda a sexta, das 9 às 18 horas. O cardápio é variado e cuidadosamente montado para atender àqueles que querem tomar apenas um cafezinho, almoçar ou fechar o dia com um *happy hour* com um prosseco ou vinhos e cervejas premium.

José Roberto Vasconcelos, um dos sócios do restaurante, informa que a equipe está fazendo um balanço do primeiro ano e traçando estratégias para atender ainda melhor. "Estamos fazendo pesquisas para conhecer mais os nossos clientes e oferecer um serviço cada vez melhor", explica.

É também de dentro do Prisma Café & Bistrô que a vocação artística do 19º andar do Clube se faz presente em um espaço especialmente reservado para a exposição de obras de arte. Além de apreciar as peças, os clientes podem adquiri-las. O cinema é outro ponto forte. O tradicional Cineclube atrai associados e seus familiares para assistirem grandes clássicos e lançamentos das telonas, uma parceria bem sucedida entre o Clube e a cinemateca da Maison de France. Não deixe de visitar o 19º andar. Conheça melhor o Clube de Engenharia.

Pesquisa de Opinião
Esclarecimento

Telefonemas e mensagens via celular questionando os associados sobre a avaliação que fazem de diversas áreas de ação do Clube de Engenharia levaram a Diretoria a comunicar que não contratou nenhuma empresa para efetuar pesquisa de opinião sobre o funcionamento do Clube e que também não há nenhum dos seus funcionários destacado para tal tarefa. **A Diretoria.**

Homenagem

Evaldo Valladão recebe a Medalha Pedro Ernesto

A mais alta condecoração da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a Medalha de Mérito Pedro Ernesto, foi conferida a Evaldo Valladão Pereira, conselheiro do Clube de Engenharia, no último dia 2 de julho, no edifício da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (Nova CEDAE). Valladão ocupa na companhia o cargo de chefe do Departamento de Engenharia e Medicina do Trabalho, além de ser vice-presidente da Academia Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho. A comenda foi outorgada após aprovação de proposta encaminhada pelo vereador Leonel Brizola Neto. Na mesma ocasião foi homenageada a Sociedade Brasileira de Engenheiros de Segurança (Sobes) por seus 42 anos de fundação.

Foto: Luis Winter

O vereador Leonel Brizola Neto entrega a Evaldo Valladão as homenagens da Câmara Legislativa do Rio de Janeiro.

Lançamento

"CORRUPÇÃO, uma endemia sem remédio?"

Um ensaio à luz do criacionismo e do evolucionismo.

O associado Edson Monteiro lança, dia **13 de agosto** próximo, no 22º andar do Clube de Engenharia, a partir das 18 horas, mais um título da Editora Letra Capital. Trata-se do oitavo ensaio do professor Edson Monteiro, ainda sobre comportamento ético, agora num mergulho corajoso a respeito do mal da corrupção, para ele "uma endemia a que estão expostos todos os seres humanos". Como sempre, um novo trabalho trazido à reflexão. O prefácio é do engenheiro Leon Clement Rousseau, membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia.

Descontos oferecidos pelo Clube de Engenharia

FACHA (cursos de pós-graduação) • Universidade Estácio de Sá • Universidade Veiga de Almeida • Universidade Federal Fluminense (pós-graduação) • Centro de Estudos Alexandre Vasconcelos (CEAV) • Colégio Mary Poppins • Colégio e Curso Intellectus • Curso Múltiplus Concursos • Faculdade Candido Mendes (UCAM) • Pousada Vale Verde de Teresópolis Ltda • Elza Lentes de Contato • Ótica Cristã Nissi • Ótica Maison de Vue • Ótica Anjos dos Olhos • Fonoclínica Produtos Médicos Ltda. • Clínica Odontológica New Quality • Kerala Clínica de Terapias Alternativas e Reabilitação Física • Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) • Universo Physio Pilates • Estética de A a Z • DC Grill Churrascaria • Restaurante Zanzariba • Crafi park S/C Ltda • Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro Leopoldina • Manoel Crispun Materiais de Construção • FISK idiomas • CCAA • Silvestre Saúde **www.clubedeengenharia.org.br/descontos.htm**

DTEs em AÇÃO

Engenharia e arquitetura: reconhecimento e qualidade

José Roberto Senno, Ibá dos Santos e Ricardo Khichfy falam sobre a qualidade das obras e a necessidade do reconhecimento da engenharia como carreira de Estado.

O primeiro encontro de um ciclo de palestras aconteceu no dia 10 de junho, no Clube de Engenharia. A proposta de desdobrar o tema em várias oportunidades é fruto da necessidade do resgate da qualidade de obras e da afirmação da engenharia e arquitetura como carreiras típicas de Estado. Amplamente debatido em diversas reuniões no Clube, o tema foi apresentado por José Roberto Senno, presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Poder Executivo Federal.

A ligação entre a queda na qualidade das obras e a necessidade de se reconhecer a engenharia e arquitetura como carreiras de Estado, segundo Senno, estão diretamente relacionadas. A estruturação da administração pública é fundamental, uma vez que as maiores obras do país são públicas. "Se o poder público não estiver habilitado com profissionais em condições de fazer estudos e projetos básicos, teremos nas maiores obras do país problemas. A importância de se ter uma carreira típica de Estado na administração pública federal, estadual e municipal é para chamar a atenção para a valorização desse profissional responsável pelos estudos, fiscalização, projetos básicos e executivos das maiores obras que o país faz."

Para Senno, a questão está relacionada às diferentes posturas entre poder público e empresas contratadas: as empresas apenas entregam o trabalho para o qual foram contratadas e não conhecem o antes e o depois. É do poder público a obrigação de guardar o histórico, bem como pensar o futuro das obras. "Ao longo de 30 anos, a engenharia na administração pública foi desestruturada e isso instaurou um gargalo de enorme proporção. Hoje sofremos profundamente com a falta de geólogos, agrônomos, engenheiros, arquitetos no serviço público. As encostas deslizam e tudo que nos resta é recolher os corpos", alerta.

No âmbito do legislativo federal, o Crea de Pernambuco encaminhou projeto em 2010 que, anos depois foi atualizado. O PLC 13/2013 caracteriza como "essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal". O projeto de lei já foi aprovado na Câmara e está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. A próxima comissão é de Constituição e Justiça. O projeto não vai para plenário, precisando passar apenas pelas comissões. "Acredito que diante do caos de infraestrutura no país, haverá sensibilidade da presidência para aa necessidade da valorização dos engenheiros", declarou Senno.

Ricardo Khichfy, chefe da Divisão Técnica Especializada de Construção (DCO), organizadora do evento ao lado das DTEs de Exercício Profissional (DEP) e Engenharia do Ambiente (DEA), falou sobre a preocupação do Clube com a questão e destacou pontos culturais e econômicos que, segundo ele, se somaram para que a engenharia nacional ficasse em xeque pela queda de qualidade: "Antigamente, as financiadoras dos projetos habitacionais tinham corpo técnico de engenheiros que fiscalizavam a obra de forma rigorosa, não para liberar parcelas, mas com preocupações com qualidade, serviço, material. Hoje os engenheiros são terceirizados, recém-formados. Para fiscalizar obras, o engenheiro tem que conhecer mais que o engenheiro construtor". Khichfy também falou do esvaziamento econômico que matou as grandes consultorias que, segundo ele, faziam projetos com detalhes impressionantes. "Muito se aprendeu naquela época, mas isso foi perdido. É lamentável. Esperamos que essa situação se modifique. O Clube tem reunido todos os seus esforços nessa direção", finalizou.

ART
Importante para você, importante para o Clube de Engenharia

Conselho Coordenador das DTEs

Comunicação democrática

A luta da Diretoria Técnica do Clube de Engenharia pela democratização da comunicação vive novo momento. No dia 3 de julho foi anunciado durante a reunião do Conselho Coordenador das Divisões Técnicas Especializadas que dia 10 de julho o Ministério das Comunicações (Minicom) e a secretaria geral da Presidência da República agendou o encontro com uma comitiva da sociedade civil na qual o diretor técnico Márcio Patusco representa o Clube. Em pauta, o estabelecimento de uma agenda de discussões sobre os anseios da sociedade na área das telecomunicações. "Se o governo não assumir o encaminhamento do Marco Regulatório, uma luta nossa já antiga, seguiremos tocando o Projeto de Lei de Iniciativa Popular. As assinaturas estão sendo coletadas em todo país e, com 1 milhão e 400 mil assinaturas, o Congresso será obrigado a considerar o assunto", explicou Patusco, destacando que a Banda Larga como serviço público é outra importante bandeira defendida pelo Clube.

DTEs em AÇÃO

Transposição do São Francisco ainda em debate

O quadro *Os retirantes*, de Cândido Portinari, foi uma das imagens escolhidas pelo professor Jorge Rios, chefe da Divisão Técnica Especializada de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS) para retratar a seca que assola o Polígono das Secas, englobando parte de Minas e o Nordeste brasileiro. Com 70% da água doce do Nordeste e relativamente próximo à região das secas, no Nordeste setentrional, o Rio São Francisco e sua transposição há anos é tema polêmico. Já em 2005 era assunto de intensos debates no Conselho Diretor do Clube de Engenharia, quando uma comissão foi formada para estudar o projeto da Bacia do Rio São Francisco. Dando continuidade ao debate, no dia 18 de junho, a DRHS realizou a palestra "A Transposição do São Francisco e a Seca Nordestina".

De Dom Pedro II a Getúlio Vargas, a transposição do Rio São Francisco para a irrigação do Nordeste, visando melhor qualidade de vida e a redução da migração dos retirantes para as capitais, foi planejada e abandonada várias vezes. Abrangendo os estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, se feita a transposição, o Rio São Francisco seria responsável pelo aumento e garantia de atendimento hídrico de 45% da população do Nordeste setentrional, cerca de 12 milhões de habitantes. Seriam sete bacias beneficiadas. Ainda assim, o projeto segue sofrendo atrasos. "Faltam todas as elevatórias, vários canteiros de obra foram abandonados. E tudo isso dá prejuízo", alertou o professor.

Segundo Jorge Rios, entre as críticas estão a alegação de que a revitalização da área deveria ocorrer antes da transposição. "Falava-se que só poderia ser feita a transposição após a conclusão do projeto de revitalização, mas isso não é verdade, já que a revitalização é um processo constante, nunca acaba. Tirar esgoto do fundo do rio e recuperar vegetação é um trabalho constante", explicou. Além disso, parte dos críticos afirma que a água será retirada de regiões onde a demanda para uso humano é maior que a demanda na região de destino. No entanto, o RIMA aponta o uso da água para o agronegócio como positivo devido à possibilidade de geração de emprego e renda na região.

Jorge Rios fala sobre os estudos sobre a transposição do Rio São Francisco

Apesar dos estudos, parte das obras está abandonada e não há notícias se a revitalização já começou. "Há quem tenha dito que o São Francisco ia sangrar, morrer, mas não eram técnicos. O assunto é muito sério e relevante pro país", afirmou Rios, deixando um alerta: "Já foram feitas todas as obras de canais pelo Exército, que estão se estragando. É preciso comprar as bombas e montá-las rápido antes que virem sucata".

Tecnologia pela impermeabilidade de obras hidráulicas

Machado do Vale apresenta a experiência europeia com geomembranas na impermeabilização de obras hidráulicas

A convite da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS-RJ) e da Divisão Técnica de Geotecnia (DTG) o empresário português Machado do Vale, vice-presidente da Carpi, empresa que se encontra na 16ª posição no *ranking* das melhores para se trabalhar em Portugal, veio ao Clube de Engenharia para, no dia 13 de junho, apresentar as geomembranas usadas para a impermeabilização de barragens, reservatórios, canais e diversas outras obras hidráulicas,

As geomembranas, ferramentas impermeáveis e flexíveis, resistentes a assentamentos e terremotos, duráveis, de instalação rápida em todo o tipo de estrutura, além de amigáveis ao ambiente e facilmente monitoradas, já são amplamente conhecidas hoje, com experiência suficiente para certificar sua eficiência. Machado trouxe exemplos bem sucedidos da aplicação da técnica na Bolívia, Islândia, Romênia, França, Áustria e Irã entre outros países.

Machado, que também é presidente da Sociedade Portuguesa de Geotecnia e membro da Comissão Nacional Portuguesa de Grandes Barragens, Túneis e Obras Subterrâneas fez uma apresentação fortemente técnica, marca registrada das muitas palestras realizadas em parceria com a ABMS.

MEIO AMBIENTE

Luta de interesses em Deodoro

Ministério Público e Prefeitura vivem impasse na construção de novo autódromo em zona remanescente da Mata Atlântica na zona oeste do Rio de Janeiro. Clube abre as portas para o debate

Uma área remanescente da Mata Atlântica maior que o Jardim Botânico foi selecionada pela Secretaria de Esportes de Alto Desempenho, do Ministério dos Esportes, para a construção de um autódromo internacional. Embora o Campo do Camboatá, em Deodoro, zona oeste do Rio de Janeiro, esteja no Plano Diretor da cidade como área de interesse social e ambiental, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) determinou não ser necessário o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e expediu licença prévia para avaliação técnica da área.

"O fato do parque ser dentro de um autódromo é muito bom, mas um autódromo dentro de um parque é péssimo. O grau de poluição sonora é imensa."

(Rogério Gribel, Diretor de Pesquisas Científicas do Jardim Botânico)

Para aprofundar o debate, no dia 11 de junho o Clube de Engenharia recebeu moradores, ambientalistas, engenheiros florestais e representantes do poder público. O diretor técnico Edson Kuramoto representou o presidente Francis Bogossian e frisou que "só através do debate transparente entre os setores envolvidos podemos chegar a um caminho que contemple o meio ambiente, o interesse da cidade de realizar os Jogos Olímpicos e o automobilismo. O posicionamento do Clube é bem claro: a defesa da floresta de Deodoro".

Segundo o presidente da Associação dos Engenheiros Florestais, Beto Mesquita, a avaliação dos engenheiros florestais identificou diversos equívocos no projeto. Tirar o autódromo de Jacarepaguá foi o primeiro erro apontado pelo engenheiro. O segundo é a escolha, como novo destino, de uma área com um remanescente florestal importante para a cidade. "A área é crucial para a manutenção de corredores ambientais, um elo estratégico entre os maciços da Pedra Branca, da Tijuca e do Gericinó-Mendanha. Mexer ali é comprometer a própria conectividade ecológica na cidade do Rio de Janeiro", alertou Mesquita.

Em abril de 2012 o Conselho Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro emitiu parecer contrário à construção. Para não atrasar o projeto, o prefeito não acatou o parecer. Segundo os palestrantes, a Fundação Getúlio Vargas indicou a área como "irrelevante ecologicamente" e o Inea ignorou a Lei da Mata Atlântica. Adacto Ottoni, representante do Crea-RJ, afirmou que a construção desses equipamentos são importantes para a cidade, mas que isso precisa ser feito com responsabilidade, levantando algumas questões: "Qual a justificativa para um relatório ambiental simplificado em substituição ao EIA/RIMA? O esclarecimento precisa ser mais técnico e menos vago. Por que não foram feitos estudos de alternativas?".

Foto: Divulgação

Projeto de novo autódromo de Deodoro

"O posicionamento do Clube é bem claro: a defesa da floresta de Deodoro."

(Edson Kuramoto, Diretor Técnico do Clube de Engenharia)

José Alexandre Maximino Mota, do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (Gaema) do Ministério Público do Rio de Janeiro, apontou os motivos que levaram o MP a pedir a suspensão do projeto e abordou as legislações vigentes para empreendimentos públicos, incluindo questões sobre a legalidade do estudo de impacto ambiental. "Só cumprindo a legislação, com estudos e bom planejamento, sem a pressa do projeto olímpico, essa área servirá ao ecossistema e nosso patrimônio será mantido", encerrou.

Clube de Engenharia
Fundado em 24 de dezembro de 1880

Edifício Edison Passos - Av. Rio Branco, 124
CEP 20040-001 - Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2178-9200 Fax: (21) 2178-9237
atendimento@clubedeengenharia.org.br
www.clubedeengenharia.org.br

Impresso Especial
99122527447
ACT/DR/RJ
CLUBE DE ENGENHARIA
CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS